



EDUCADORAS E RELIGIOSAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL OITOCENTISTA

Lilian Sarat de Oliveira ¹

A história da mulher brasileira, como a história de tantas mulheres, é marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal que, em grande medida foi legitimada pela religião cristã ocidental, que transmitiu o silenciamento do feminino em todas as esferas sociais. A mulher do Brasil oitocentista, formada e constituída socialmente nesta ordem, era subordinada e dependente do pai ou do marido, sendo feita propriedade do homem e calada por ele.

Desde menina era ensinada a ser mãe e esposa, sua educação limitava-se a aprender a cozinhar, bordar, costurar, tarefas estritamente domésticas, que restringia a mulher apenas ao espaço privado como sendo o único lugar, e sem contestar pois seu espaço estava determinado. Carregava o estigma da fragilidade, da pouca inteligência, afirmações do patriarcado que construiu estereótipos ao longo do processo histórico, onde foram sendo reproduzidos como natural, definindo assim o papel social da mulher, como propriedade e produto do homem, devendo obediência ao “seu senhor”. A restrição de outros espaços além da casa/quintal as afastava também da educação formal, lhe sendo negado o acesso à escola.

Deste modo a educação feminina é um acontecimento muito recente na História da Educação. Philippe Áries ao comentar sobre a educação da mulher em meados do século XVII, informa que: “Além da aprendizagem doméstica, as meninas não recebiam por assim dizer nenhuma educação”² Esta realidade existente dois séculos antes não era diferente no Brasil oitocentista.

No século XIX, em meio às transformações legadas deste tempo histórico, decorrentes, sobretudo, da industrialização e urbanização presentes na Europa e Estados Unidos, idéias civilizadoras são fomentadas por grupos sociais que idealizavam a educação e a religião como estratégias na relação de poder, para estabelecer um comportamento social individual e coletivamente aceitável. Muitos destes grupos advindos dos Estados Unidos pertenciam ao Metodismo³ como Miss. Martha Watts, educadora e missionária, que chegou ao Brasil nos anos de 1881, com o objetivo claro e específico de abrir escolas para moças. Quando Marta Watts aportou

¹ (Professora da FTBAW)

² ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2ª. ed.. Rio de Janeiro: L T C Editora. 1981.

³ Movimento de Reforma Religiosa, presente na Inglaterra no século XVIII, protagonizado pelos irmãos John Wesley e Charles Wesley, de tradição Anglicana, estudantes da Universidade de Oxford, que se reuniam metodicamente todos os dias para oração e leitura da Bíblia, tornando-se a partir daí um movimento de reforma social e religiosa de grandes proporções chegando ao Brasil através dos americanos. Para melhor compreensão do metodismo recomendo o texto: HEITZENRATER, Richard P. Wesley e o povo chamado Metodista. São Bernardo do Campo/SP: EDITEO. 1998.



no Rio de Janeiro em ela trazia em sua bagagem cultural a auto-imagem forjada por americanos e europeus que se concebiam como modelo de sociedade para os demais países, principalmente da América Latina, considerados selvagens e primitivos,

Através de suas cartas escritas no período de 1881-1908 podemos observar a auto-imagem desta educadora americana e a imagem que ela fazia do Brasil em suas palavras marcadas pelo etnocentrismo, sempre presente nas culturas que se concebem superiores as outras, neste caso pelo critério da civilização, como detentora de um saber mais avançado tecnologicamente em relação a outros povos. Neste sentido, a educação protestante acompanhava os pressupostos da modernidade e por isso, concebia a educação como o caminho para a modernização e isso através das mulheres por serem naturalmente educadoras pelo “dom” da maternidade. Sobre isso escreve Martha Watts: “Acho um trabalho precioso educar as meninas para que elas saiam e ensinem seu próprio povo.”⁴ Ainda a respeito disso Guacira Lopes Louro nos aponta: “A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos e formadora de futuros cidadãos.”⁵

A mulher que ora, não tinha nenhum acesso à educação, e conseqüentemente aos espaços públicos, agora encontra, na educação e religião um espaço para transitar, ainda que com restrições. Assim, as mulheres estrangeiras e protestantes, outsider na sociedade brasileira, tencionam a lógica patriarcal, juntamente com tantas outras na busca da afirmação pessoal e apropriação do espaço historicamente negado.

Entretanto, toda e qualquer mudança no *habitus*⁶ social, se dá na perspectiva de longa duração preconizada por Norbert Elias, quando o mesmo, concebe a história de forma processual e lenta, um processo não planejado conscientemente pelos indivíduos, mas vivenciado, à medida que se estabelecem rede de relações sociais, que se caracterizam pela manutenção do poder de um grupo sobre o outro.⁷

Neste sentido, o sistema patriarcal legitimado ao longo da história pela religião cristã, é responsável em grande medida, pelas práticas sociais que naturalizaram o papel da mulher restrito

⁴ MESQUITA, Z. *Evangelizar e Civilizar – Cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: UNIMEP, 2001. p.57

⁵ LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In. História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org), São Paulo: Contexto, 1997.

⁶ A idéia de habitus para Norbert Elias, pode ser entendida como uma segunda natureza ou mesmo um automatismo humano, que se desenvolve nas relações sociais estabelecidas entre indivíduos interdependentes, de uma mesma configuração social, desde a infância. Tem a ver com o longo processo de internalização de práticas sociais culturalmente constituídas. Para melhor compreensão vale a pena conferir o texto: ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 24ss

⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.



ao espaço da casa/quintal, favorecendo o exercício do poder pelo masculino em detrimento do feminino. A perspectiva de longa duração nos ajuda então, a entender que, a mudança na estrutura social acontece de forma lenta, sendo possível dentro de condições históricas aceitáveis.

Embora a lógica patriarcal pareça tão sólida e sedimentada e, em muitos momentos, um muro intransponível, representada por grupos com poder estabelecidos, nota-se que existiram e existem grupos que fomentam mudanças ao longo da história. Tais mudanças podem ser observadas na sociedade atual, ainda que, marcadamente patriarcal, através da oscilação de poder nas relações de gênero, onde a mulher conquistou mais espaços de ação na sua constelação histórica.

Neste sentido, a abertura de colégios para educação de moças, vai possibilitar um lugar de profissionalização da mulher, onde ela encontra na escola uma maneira de atuar fora do espaço privado, promovendo a elasticidade do processo de articulação do poder. Assim, a educação escolar que era antes uma prerrogativa masculina é suprimida ocorrendo a feminização do magistério. Tal feminização poderá ser vista como um dado importante para fomentar as discussões em torno do papel social da mulher na história.

Numa perspectiva processual e de longa duração, a profissão do magistério vai se tornar quase que estritamente feminina, e isto é percebido nos dias de hoje quando nos cursos de pedagogia a grande maioria é freqüentada por mulheres.

O acesso de meninas às escolas vai ser protagonizado por mulheres que viveram as ambigüidades da existência social, ora conformando-se, ora resistindo na relação de interdependência com os vários outros que compõem a teia de relações sociais. Sobre isso nos aponta Norbert Elias: “Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age”⁸.

O lugar da mulher no espaço social brasileiro no século XIX, como já aludido anteriormente, era determinado pelo patriarcalismo, deixando sua margem de decisão com pouca acessibilidade. Por isso, a educação da mulher acompanhava o movimento da lógica estabelecida, pois a mesma, preconizada por Martha Watts, cumpria um papel de tornar as moças boas mães e boas esposas, formadoras de futuros cidadãos/ãs. Deste modo, denota-se uma atitude de conformação com o papel que lhe era permitido dentro da sua constelação histórica de ação. Entretanto, a possibilidade de uma maior participação no espaço público, através da saída de casa para a escola, apresenta-se como um processo de resistência que se justifica pela profissionalização

⁸ Ibidem, p. 49



do magistério, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais que educar seus próprios filhos, tornando-se então professoras. Como professoras, poderiam gerir o próprio sustento, um passo a mais na emancipação feminina e, conseqüentemente, um modo de resistência à ordem vigente de dependência e subordinação ao homem.

Assim, a vinda de mulheres como Martha Watts, contribuirá para mover o processo histórico e transformar hábitos mentais⁹ demasiadamente arraigados na consciência individual e coletiva, à medida que, esta educadora, agindo e (re) agindo na relação de interdependência como ser social, contribuiu para ampliar ou afrouxar o *habitus*. A educação civilizadora da mulher é um caminho que se abre para que a mesma possa transitar por espaços privados e públicos, porém ainda com muitos limites.

Ao longo da história da emancipação feminina é possível pensar que a educação e a religião são fatores importantes que contribuíram para evolução e progresso da mulher brasileira na busca do seu espaço social. Esta história não foi feita sem tensões e conflitos como observa Lopes: “Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros pouco desenvolvidos pelo seu desuso a educação de crianças.”¹⁰

A educação, neste contexto, é vista como uma missão, uma vocação religiosa, como no caso da missionária Martha Watts, este ideal de mãe educadora permeava os debates em torno da emancipação feminina no final do XIX e início do XX. A feminização do magistério como uma possibilidade para a emancipação da mulher, traz consigo no processo de conformação, a negação do prazer e do casamento. Se antes a possibilidade de futuro estava no casamento, tendo o homem como provedor e protetor, nesta nova configuração, mulheres que adotavam a profissão de professoras, quase sempre ficavam solteiras. Martha Watts não se casou e apontava a escola como sua família e as alunas como filhas.

A história da civilização das mulheres passa também pelos ideais iluministas e progressistas presentes no século XIX. A presença da mulher na esfera pública passa ser vista como um avanço na perspectiva de progresso e melhoria da sociedade, a partir do paradigma da evolução. Deste modo, a educação e religião protestante caminham juntas no propósito modernizador da sociedade brasileira postulado por líderes republicanos na época. A história da educação se entrelaça com a história das mulheres no Brasil, quando estas encontram no espaço educacional ressonância para os seus desejos de liberdade e emancipação, ainda que esta venha com aspectos de conformação com o poder instituído.

⁹ Ibidem, p.23

¹⁰ Lopes, 1997, p.450



A relação entre resistência e conformação, pode ser vistas como estratégias de participação da mulher na rede de relações sociais, que embora conflituosa, baseia-se em tensões entre o estabelecido e o outsider, num movimento quase cego, invisível que só pode ser visto à medida que o tempo de longa duração vai passando e delineando a história da civilidade destas mulheres.

O projeto civilizador engendrado por Martha Watts, com suas conquistas e limites possibilitou o protagonismo feminino em uma sociedade que legava à mulher ao silêncio. Na sala de aula poderiam falar e serem ouvidas, nos corredores, no ir e vir do colégio, era possível fomentar sonhos de uma realidade mais igualitária, mesmo que fosse de forma lenta e quase imperceptível, inconsciente, dentro dos limites impostos pelo espaço histórico existente.

Quase dois séculos depois, apesar de todas as conquistas femininas, há muito ainda o que aprender, entretanto na perspectiva da longa duração podemos apontar no final do século XIX, com o advento da educação para meninas, um gênesis da emancipação da mulher através da educação, mesmo que tal processo traga em seu bojo a complexidade da dialética entre resistência e conformação. Resistência porque sair do espaço privado para o acesso a escola não aconteceu sem conflitos e pressões; conformação porque ainda na escola se reforçava o papel da vida doméstica e limitava a educação da mulher ao papel de boa mãe e boa esposa, educadora de seus próprios filhos.

Sabe-se que tal lógica ainda permeia o imaginário social, tanto de mulheres quanto de homens. Entretanto o processo engendrado por tantas mulheres do passado, na busca pela emancipação e independência, continua sendo fomentado lentamente. As vezes, de forma quase imperceptível, o motor da história está se movendo e as relações de poder vão oscilando e os indivíduos vão formando e re-formando seu espaço social; e as mulheres estão muito mais ativas e presentes do que nunca neste processo.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2^a. ed.. Rio de Janeiro: L T C Editora. 1981.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *O Processo civilizador: formação do estado e civilização*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes, 1997.



MESQUITA, Zuleika (org.). *Evangelizar e Civilizar: Cartas de Martha Watts, 1881-1908* (versão bilíngüe). Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

PILLETTI, N. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ROMANELLI, O.O. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1998